

**República de Angola**

**APRESENTAÇÃO E DEFESA DO RELATÓRIO INICIAL REFERENTE A CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA**

Discurso da CHEFE DA Delegação de Angola, **Dra. Alcina Cunha Kindanda**, Secretária de Estado da Família e Promoção da Mulher, na 28.ª Sessão do Comité dos Direitos das Pessoas com Deficiência

**GENEBRA- SUÍÇA**

**8 DE MARÇO DE 2023**

**PORTUGUES**

**SENHORA PRESIDENTE DO COMITÉ DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA;**

**DIGNOS MEMBROS DO COMITÉ;**

**DISTINTOS REPRESENTANTES DE ASSOCIAÇÕES DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA;**

**MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES.**

Permitam-me, em nome do Governo da República de Angola, representado por Sua Excelência Senhor **João Manuel Gonçalves Lourenço**, expressar as nossas cordiais saudações e agradecer a disponibilidade demonstrada por todos, neste acto em que apresentamos o Relatório Inicial sobre a Implementação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência em Angola.

Gostaríamos igualmente de felicitar o Comité pelo trabalho que tem desempenhado.

Endereçamos uma saudação a todas as mulheres e em especial às mulheres com deficiência por ocasião da celebração do dia 8 de Março, Dia Internacional da Mulher.

Este diálogo servirá para partilharmos as nossas acções, avanços, desafios e sobretudo reafirmar o nosso compromisso na garantia dos Direitos Humanos das pessoas com deficiência em Angola.

Tendo em conta a importância deste momento, temos na nossa delegação representantes dos seguintes sectores:

1. Do Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher; das Relações Exteriores; da Justiça e dos Direitos Humanos; do Interior; da Educação, da Saúde; da Administração Pública Trabalho Segurança Social; da Juventude e Desportos; Cultura e Turismo, das Telecomunicações, Tecnologias de Informação e Comunicação Social; das Obras Públicas, Urbanismo e Habitação, do Ensino Superior, Ciência Tecnologia e Inovação, da Economia e Planeamento, da Agricultura e Florestas, da Polícia Nacional de Angola e do Instituto Nacional da Criança.

De igual modo, integram a delegação representantes:

1. Da Procuradoria-Geral da República;
2. Da Casa Civil do Presidente da República;
3. Da Provedoria de Justiça

O Relatório que hoje apresentamos foi elaborado pela Comissão Intersectorial para a Elaboração de Relatórios Nacionais de Direitos Humanos, enquanto mecanismo de reporte e seguimento de recomendações.

Com base nessa experiência e em observância ao disposto do parágrafo 1.º no artigo 35.º, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, tenho a honra de apresentar à este Comité, o Relatório Inicial de Angola e partilhar com Vossas Excelências as informações sobre o grau de implementação da Convenção e os factores de constrangimentos e dificuldades que afectam a plena realização das obrigações nela contida.

**Senhora Presidente;**

**Minhas senhoras e meus senhores;**

Angola celebrou, em Novembro de 2022, 47 anos de independência, dos quais, 27 de conflito armado, que para além de destruir as infraestruturas económicas e sociais, causou um elevado número de pessoas com deficiência.

Desde o alcance da paz efectiva em 2022, Angola tornou-se num país de vocação de paz e estabilidade e comprometida com a promoção e protecção dos direitos humanos.

A Constituição da República de Angola consagra princípios e normas que estabelecem um tratamento diferenciado para estes cidadãos, tratados pelo texto constitucional como “pessoas com deficiência”. De igual forma, as leis ordinárias regulamentam os diversos sectores da vida público-privada e social inerente às pessoas com deficiência, velando pela promoção da sua igualdade e dignidade.

Nesta perspectiva de inclusão, através da Resolução n.º 1/13, de 11 de Janeiro, da Assembleia Nacional, o Estado angolano aprovou, para adesão, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, tendo depositado os instrumentos para a ratificação em 2014. Hoje, somos parte de quase todas as convenções de Direitos Humanos, quer sejam das Nações Unidas como do Sistema africano.

Após a sua ratificação, com vista a reafirmar o seu compromisso de promoção e protecção dos direitos humanos das pessoas com deficiência, bem como, das obrigações decorrentes do artigo 35 da Convenção, a “Comissão Intersectorial para a Elaboração de Relatórios Nacionais de Direitos Humanos-CIERNDH”, criada por Decreto Presidencial deu início ao processo de monitoria da implementação da Convenção e elaboração do Relatório.

É fundamental destacar que esta Comissão coordenou a elaboração do Relatório Inicial, referente ao período (2014- 2016), contando com a participação de distintas Organizações da Sociedade Civil.

Decorridos 7 anos, desde a submissão do Relatório Inicial, têm surgido novos desafios, o que tem levado o Governo angolano a adoptar uma postura institucional de proximidade, interacção, inclusão e participação com todos os intervenientes visando criar políticas e estratégias para que, de forma pluridisciplinar, concertada, coerente e global, os sectores continuem a desenvolver acções que garantam maior e melhor inclusão social da pessoa com deficiência nos vários domínios.

Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística, Angola tem uma população estimada em 35 milhões de habitantes.

Dados do Censo de 2014, indicaram a existência de:

1. Seiscentos e cinquenta e seis mil e duzentas e cinquenta e oito (656 258 mil) pessoas com deficiência no país, representando **2,5 %** do total da população;
2. Mais de 50% vivem em zonas urbanas e a deficiência física é a que mais afecta este grupo de cidadãos.

Entre as pessoas com deficiência, 56% são homens e 44% são mulheres. Destes, 46% têm idades compreendidas entre os 25 e 64 anos. De salientar que, o próximo Censo geral, será realizado em 2024, que trará dados actualizados.

**Senhora Presidente;**

**Minhas senhoras e meus senhores;**

Apesar dos desafios que se evidenciam, Angola alcançou melhorias em relação ao processo de inclusão social da pessoa com deficiência, destacando-se:

* A incorporação na Constituição da República de Angola de normas específicas sobre a protecção dos cidadãos com deficiência, com realce para os artigos 22º e 23º sobre o princípio da igualdade e não discriminação, artigo 83º sobre as pessoas com deficiência e o artigo 84º que estabelece o regime de protecção especial das pessoas com deficiência e os seus descendentes.
* Adicionalmente, a Constituição estabelece que os Tratados de Direitos Humanos ratificados por Angola fazem parte integrante da Constituição e podem ser aplicados directamente pelos Tribunais.

No domínio da ***acessibilidade***, foi aprovada a Lei n.º 10/16, de 27 de Julho, **Lei da Acessibilidade**, que estabelece as normas gerais, condições e critérios de acessibilidade para as pessoas com deficiência e com mobilidade condicionada.

Esta lei criou a figura do intérprete da língua gestual angolana e, em função disso, os meios de comunicação (TV e TV online) têm assegurado a interpretação de língua gestual; tal garantia, verificou-se também nos programas de educação cívica, com destaque para a comunicação durante a pandemia e no período eleitoral foi possível instalar ~~de~~ urnas acessíveis nas assembleias de voto.

Verificaram-se progressos nos seguintes domínios:

1. **Educação especial** com a implementação de **1666** Escolas Inclusivas;
2. **Transporte,** com aquisição e circulação de 446 autocarros com condições de acessibilidade para pessoas com deficiência;
3. **Saúde e reabilitação física** com a implementação de (**11**) Centros de Reabilitação Física;
4. **Trabalho e emprego** com a publicação do Decreto Presidencial n.º 12/16 de 15 de Janeiro, que aprova o Regulamento sobre a Reserva de Vagas e Procedimentos para a Contratação de Pessoas com Deficiência. Sendo 4% para o sector público e 2% para o sector privado.

Com vista a sensibilizar e divulgar sobre o direito ao trabalho da pessoa com deficiência, o Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher elaborou um estudo denominado “***Mais Inclusão***” que, visou aferir o número de Pessoas com Deficiência e Mulheres no mercado de trabalho, sendo que, das **493 instituições** alvo do estudo na Província de Luanda, identificou-se um total de **318 que integram Pessoas com Deficiência e com acesso ao emprego**. O **Sector Público absorve 152** Pessoas com Deficiência e, o **Sector Privado absorve 166** pessoas com deficiência. Sendo que, este estudo será abrangente para as demais províncias do País.

Destacar que 245 pessoas com deficiência, dos quais, (145) homens e (98) mulheres foram enquadradas no **Plano de Acção para a Promoção de Empregabilidade (PAPE)**, beneficiando de Kits Profissionais e microcrédito para o desenvolvimento de actividade geradora de rendas, desenvolvido pelo Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social.

Tendo em atenção as políticas e estratégias que visaram a criação de acções pluridisciplinar, concertada, coerente e global, outras acções foram desenvolvidas em outros domínios como o, **da habitação** que, em função do programa de construção de centralidades a nível do país publicou-se o **Decreto Presidencial n.º 278/20**, **de 26 de Outubro**, que aprovou o Regime Geral de Acesso às Habitações Construídas com Fundos Públicos que, estabelece que, *em todos os projectos habitacionais construídos com fundos públicos, deve~~m~~ ser assegurada a* ***“quota de 5% para as pessoas com deficiência”***. Nesta senda, no período compreendido entre 2017-2022, foram construídas 14 projectos habitacionais, que beneficiou 980 pessoas com deficiência.

Apraz-nos, ainda dizer que as pessoas com deficiência em Angola têm acesso gratuito à formação profissional e ao **trabalho**, a título de exemplo, no período de 2018- 2022, (**1928**) pessoas com deficiência foram formados em diversos cursos profissionais, nos Centros de Formação Profissional pertencentes ao Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional.

Estes resultados demonstram o engajamento e comprometimento do Governo angolano no processo de inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho.

A nível do desporto, o Governo angolano, através do Ministério da Juventude e Desportos lançou programas de sensibilização e inserção de pessoas com deficiência praticarem desporto.

Em colaboração com o movimento Paralímpico angolano, representado nas 18 províncias do país, Angola após (5) cinco anos de prática desportiva registou várias conquistas, facto que permitiu ao país alcançar relevantes premiações a nível mundial e do continente africano e jogos Paralímpicos, nas modalidades de natação, para-atletismo e futebol para amputados.

Neste momento, em Angola, estão inscritos e inseridos na prática desportiva duas mil, oitocentas e oitenta e nove (2.889) pessoas com deficiência, repartidos nas modalidades de Para-atletismo, Futebol para amputados, Futsal, Natação, Basquetebol em cadeira de rodas, Voleibol sentado, entre outras, nos escalões juniores e seniores, com previsão, para breve, o lançamento do voleibol sentado, goal-ball, boccia e o ‘**’Projecto Criança’’**, que visa a inclusão das crianças com deficiências na prática desportiva, a partir dos 5 anos de idade.

Em 2020, a República de Angola fez o lançamento do projecto **Special Olympics Angola**, tendo como lema “**deixe – me ganhar, mas se eu não posso ganhar, deixe – me ser corajoso na tentativa**”, reconhecido e credenciado pelo órgão reitor, Special Olympics Internacional em 2022. Foi criada para apoiar pessoas com deficiência intelectual, ajudá-las a desenvolver a auto-confiança, capacidade de relacionamento interpessoal, sentido de realização e inclusão social, através do desporto.

Quanto a acessibilidade, todas as Infraestruturas de referência em Angola estão projectadas, tendo em conta as condições de pessoas com deficiência, desde a instalação de rampas de acesso, wc e balneários adaptados, elevadores e áreas próprias para cadeirantes. Algumas infraestruturas desportivas que já existiam de longa data também foram adaptadas para facilitar a mobilidade das mesmas.

O Governo Angolano lançou em 2022 um concurso público para a construção de um Complexo de Treinamento de alto rendimento integrado, que será entregue ao Comité Paralímpico Angolano, facilitando, desse modo, maior abrangência, qualidade e atenção aos atletas com deficiência.

Existem outras instituições que, em parceria com o Governo angolano, também cuidam da vida social das mesmas, incluindo as pessoas com albinismo, estando a ser gizado um programa de inclusão dessa franja por via do desporto.

Ressaltamos com orgulho, a conquista de 3 medalhas de ouro nos Jogos Paralímpicos de Atenas 2004; 3 de Prata nos Jogos Paralímpicos de Beiging 2008; uma de ouro e uma de bronze em Londres 2012. Na modalidade de futebol para amputados, Angola é nº 1 do raking mundial, com o seguinte histórico de títulos; Vice-campeã mundial em 2014, no México; 2018 campeão do mundo, no México, 2019 campeão africano e em 2022, Vice-campeã mundial.

**Senhora Presidente;**

**Minhas senhoras e meus senhores;**

O processo de inclusão social impõe a necessidade do reforço das parcerias público-privadas na busca de soluções integradas e participação activa da sociedade civil, com particular destaque para as pessoas com deficiência.

No sentido de se garantir a participação efectiva da Pessoa com Deficiência em Angola, conforme faz alusão a Lei da Pessoa com Deficiência, o Governo Angolano, tem prestado **apoio financeiro e material** a algumas Associações de e para Pessoas com Deficiência, particularmente, aquelas que gozam do **Estatuto de Utilidade Pública**, através do financiamento directo das suas actividades, designadamente: A Liga de Apoio à Integração dos Deficientes (LARDEF); a Associação Nacional dos Deficientes de Angola (ANDA); Associação dos Angolanos Militares Mutilados de Guerra (AMMIGA); e a Associação Nacional de Apoio aos Deficientes Visuais (ANADV). A título de exemplo, no período compreendido de 2020 a 2022, três destas ONG´s receberam mais de duzentos e cinquenta milhões de kwanzas, equivalente a meio milhão de dólares.

**Senhora Presidente;**

**Minhas senhoras e meus senhores;**

O Governo Angolano, no cumprimento das suas obrigações regionais e internacionais, ratificou o Protocolo adicional à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos relativo aos Direitos das Pessoas com Deficiência em África.

Temos apresentado relatórios aos órgãos de tratados e temos recebido visitas de mecanismos especiais. A título de exemplo, em Abril e Maio de 2022, recebemos a visita da Relatora Especial das Nações Unidas para Eliminação da Discriminação às Pessoas afectadas pela Lepra e membros de suas famílias. Tomamos boa nota do convite formulado pela perita independente da Organização das Nações Unidassobre os direitos humanos das pessoas com albinismo, que pretende visitar o nosso país, os trâmites diplomáticos para o efeito estão em curso, facto que demostra a nossa abertura em consolidar a nossa cooperação institucional com os mecanismos internacionais de direitos humanos.

Deste modo, temos mecanismos de diálogo com as Organizações Não-Governamentais, encontros bilaterais, multilaterais e mesas redondas.

A título de exemplo, nos últimos 15 dias foram realizados dois encontros, dentre eles uma mesa redonda de apresentação deste Relatório, que serviu de antecâmara deste diálogo e vários encontros bilaterais com as associações. Este exercício tem permitido corrigir as distorções que vão surgindo e melhorar, cada vez mais, as medidas exigidas para a satisfação das necessidades sempre crescentes na população.

As principais causas de pessoas com deficiência em Angola resultam da:

1. Existência de um número elevado de minas terrestres, resultantes do período de conflito armado – Angola é dos países com o maior número de minas terrestre.
2. sinistralidade rodoviária, que tem crescido de forma vertiginosa nos últimos anos e que é a primeira causa de deficiência em Angola e segunda causa de morte. Importa referir que, Angola aderiu à campanha da ONU sobre segurança no trânsito.
3. sequelas de algumas enfermidades e causas congénitas;
4. desconhecimento de mecanismos de prevenção;
5. atitudes veladas em relação à deficiência;

O Plano de Governação para o quinquénio 2023-2027 tem como objectivo principal a atenção ao cidadão e nesta perspectiva, o programa nacional de apoio e inclusão da pessoa com deficiência comporta várias acções, para incluir as pessoas com deficiência na vida social do país, através da adopção de políticas públicas, estabelecimento de mecanismos de recolha de dados e de denúncia de casos de discriminação, bem como garantir o apoio e reintegração das famílias com pessoas com deficiência.

**Senhora Presidente;**

**Minhas senhoras e meus senhores;**

A aplicação da Lei da Pessoa com Deficiência e da Lei da Acessibilidade implica, igualmente, o reforço dos compromissos da posição da República de Angola aos vários instrumentos internacionais e regionais de Direitos Humanos, como demostra a nossa presença hoje nesta nobre sala.

Finalizamos reiterando o nosso compromisso com o Comité, bem assim com Agenda de Desenvolvimento 2030 e a Agenda Africana 2063.

**Muito Obrigada!**

**A todos e a todas!**

-------------------------------------------------------------------

ESPANHOL

**SEÑORA PRESIDENTE DEL COMITÉ DE LOS DERECHOS DE LAS PERSONAS CON DISCAPACIDAD,**

**DIGNOS MIEMBROS DEL COMITÉ,**

**DISTINGUIDOS REPRESENTANTES DE LAS ASOCIACIOENS DE LAS PERSONAS CON DISCAPACIDAD,**

**MIAS SEÑORAS Y MIOS SEÑORES.**

En nombre del Gobierno de la República de Angola, representado por Su Excelencia Señor **João Manuel Gonçalves Lourenço**, permítanme expresar nuestros saludos cordiales y agradecer la disponibilidad demostrada por todos en este acto en que presentamos el Informe Inicial sobre la Implementación de la Convención sobre los Derechos de las Personas con Discapacidad en Angola.

Nos gustaría igualmente felicitar al Comité por el trabajo que desempeña.

Enviamos un saludo especial a todas las mujeres y, en especial, a las mujeres con discapacidad, por ocasión de la celebración del día 8 de Marzo, Dia Internacional de la Mujer.

Este diálogo servirá para compartir nuestras acciones, avances, desafíos y, sobre todo, reafirmar nuestro compromiso para garantizar los Derechos Humanos de las personas con discapacidad en Angola.

Teniendo en cuenta la importancia de este momento, nuestra delegación está representada por los siguientes sectores:

1. Del Ministerio de la Acción Social, Familia y Promoción de la Mujer; de las Relaciones Exteriores; de la Justicia y de los Derechos Humanos; del Interior; de la Educación; de la Salud; de la Administración Pública, Trabajo y Seguridad Social; de la Juventud y el Deporte; Cultura y Turismo; Telecomunicaciones, Tecnología de la Información y Comunicación Social; de las Obras Públicas, Urbanismo y Habitación; de la Educación Superior, Ciencia, Tecnología e Innovación; de la Economía y Planeamiento; Agricultura y Florestas; de la Policía Nacional de Angola y del Instituto Nacional del Menor.

Igualmente, integran la delegación representantes de

1. La Fiscalía-General de la República,
2. La Casa Civil del Presidente de la República,
3. El Defensor del Pueblo (ombudsman)

El Informe que presentamos hoy fue elaborado por la Comisión Intersectorial para la Elaboración de los Informes Nacionales de Derechos Humanos, en su papel de mecanismo de reporte y seguimiento de recomendaciones.

Con base en esta experiencia y observando los dispuesto en el parágrafo 1º del artículo 35º de la Convención sobre los Derechos de las Personas con Discapacidad, tengo la honra de presentar a este Comité el Informe Inicial de Angola y compartir con ustedes las informaciones sobre el grado de implementación de la Convención y los factores de limitaciones y dificultades que afectan a la plena realización de sus obligaciones.

**Señor Presidente;**

**Mías señoras y míos señores;**

Angola celebró, en Noviembre de 2022, 47 años de independencia, de los cuales, 27 de conflicto armado, que además de destruir las infraestructuras económicas y sociales, causó un elevado número de personas con discapacidad.

Desde el alcance de la paz efectiva en 2022, Angola se tornó un país de vocación de paz y estabilidad y comprometido con la promoción y protección de los derechos humanos.

La Constitución de la República de Angola consagra principios y normas que establecen un tratamiento diferenciado para estos ciudadanos, tratados por el texto constitucional como “personas como discapacidad”. De la misma forma, las leyes ordinarias regulan los diversos sectores de la vida público-privada y social inherentes a las personas con discapacidad, velando por la promoción de su igualdad y dignidad.

En esta perspectiva de inclusión, a través de la Resolución nº 1/13, de 11 de Enero, de la Asamblea Nacional, el Estado angoleño aprobó para adhesión la Convención sobre los Derechos de las Personas con Discapacidad, habiendo depositado los instrumentos para la ratificación en 2014. Hoy somos parte de casi todas las convenciones de Derechos Humanos, tanto de las Naciones Unidas como del Sistema Africano.

Después de su ratificación, con el objetivo de reafirmar su compromiso de promoción y protección de los derechos humanos de las personas con discapacidad, así como las obligaciones establecidas en el artículo 35º de la Convención, la “Comisión Intersectorial para la Elaboración de los Informes Nacionales de los Derechos Humanos-CIERNDH”, creada por el Decreto Presidencial, dio inicio al proceso de monitoria de la implementación de la Convención y elaboración del Informe.

Es fundamental destacar que esta Comisión coordinó la elaboración del Informe Inicial, referente al periodo 2014-2016, contando con la participación de las distintas Organizaciones de la Sociedad Civil.

Transcurridos 7 años desde la elaboración Informe Inicial, han surgido nuevos desafíos, lo que ha llevado al Gobierno angoleño a adoptar una postura institucional de proximidad, interacción, inclusión y participación con todos los intervinientes, pretendiendo crear políticas y estrategias para que, de forma pluridisciplinar, concertada, coherente y global, los sectores continúen a desarrollar acciones que garanticen mayor y mejor inclusión social de la persona con deficiencia en los varios dominios.

Según los datos del Instituto Nacional de Estadística, Angola tiene una población estimada en 35 millones de habitantes.

Datos del Censo 2014 indican la existencia de:

1. Seiscientos y cincuenta y seis mil y doscientas y cincuenta y ocho (656.258) personas con discapacidad en el país, representando el **2,5%** del total de la población.
2. Más del 50% viven en zonas urbanas y la deficiencia física es la que más afecta a este grupo de ciudadanos.

Entre las personas con deficiencia, el 56% son hombres y el 44% son mujeres. De estes, el 46% tienen edades comprendidas entre los 25 y 64 años. He de subrayar que el próximo Censo General será realizado en 2024 y traerá datos actualizados.

**Señor Presidente;**

**Mías señoras y míos señores;**

A pesar de los desafíos que se evidencian, Angola alcanzó mejoras en relación con el proceso de inclusión social de las personas con discapacidad, destacando:

* La incorporación en la Constitución de la República de Angola de normas específicas sobre la protección de los ciudadanos con discapacidad, con realce para los artículos 22º y 23º sobre el principio de la igualdad y no discriminación, artículo 83º sobre las personas con discapacidad y el artículo 84º que establece el régimen de protección especial de las personas con discapacidad y de sus descendientes.
* Adicionalmente, la Constitución establece que los Tratados de Derechos Humanos ratificados por Angola hacen parte integrante de la Constitución y pueden ser aplicados directamente por los Tribunales.

En el dominio de la **accesibilidad**, fue aprobada la Ley n.º 10/16, de 27 de Julio, **Ley de las Accesibilidades**, que establece las normas generales, condiciones y criterios de accesibilidad para las personas con discapacidad y con movilidad condicionada.

Esta ley creó la figura del intérprete de la lengua de signos angoleña y, en función de esto, los medios de comunicación (tv y tv online) han asegurado la interpretación de signos. Esta garantía se ha verificado también en los programas de educación cívica, con destaque para la comunicación durante la pandemia y en el periodo electoral, cuando fue posible instalar urnas accesibles en las asambleas de voto.

Se verifican progresos en los siguientes dominios:

1. **Educación especial**, con la implementación de **1666** Escuelas Inclusivas.
2. Transporte, con la adquisición y circulación de 446 autobuses con condiciones de accesibilidad para las personas con discapacidad.
3. **Salud y rehabilitación** física con la implementación de **11** Centros de Rehabilitación Física.
4. **Trabajo y empleo**, con la publicación del Decreto Presidencial nº 12/16 de 15 de Enero, que aprueba el Reglamento sobre la Reserva de Plazas y Procedimientos para la Contratación de Personas con Discapacidad. Siendo el 4% para el sector público y el 2% para el sector privado.

Con vistas a sensibilizar y divulgar sobre el derecho al trabajo de las personas con discapacidad, el Ministerio de la Acción Social, Familia y Promoción de la Mujer elaboró un estudio denominado “***Más Inclusión***” que pretendió confirmar el número de Personas con Discapacidad y Mujeres en el mercado de trabajo, siendo que, de las **493 instituciones** sondeadas en la Provincia de Luanda, se identificó que un total de 318 integran Personas con Discapacidad y con acceso al mundo laboral. El **Sector Público absorbe 152** Personas con Discapacidad y el **Sector Privado absorbe 166** personas con discapacidad. Siendo que este estudio puede ser extrapolable a las demás provincias del país.

En el Plan de Acción para la Promoción de la Empleabilidad (PAPE), fueron encuadradas 245 personas con discapacidad, de las cuales 145 hombres y 98 mujeres, que se beneficiaron de Kits Profesionales y microcrédito para el desarrollo de actividades generadoras de rentas, desarrollado por el Ministerio de la Administración Pública, Trabajo y Seguridad Social

Teniendo en cuenta las políticas y estrategias que tenían como objetivo la creación de acciones pluridisciplinares, concertadas, coherentes y globales, fueron desarrolladas otras acciones en otros dominios como el de la **vivienda** que, en función del programa de construcción de urbanizaciones a nivel del país, se publicó el **Decreto Presidencial nº 278/20, de 26 de Octubre,** que aprobó el Régimen General de Acceso a las Viviendas Construidas con Fondos Públicos que establece que, en todos los proyectos de viviendas construidos con fondos públicos, debe ser asegurada la “**cuota de 5% para las personas con discapacidad**”. En este sentido, en el período comprendido entre 2017 y 2022, fueron construidos 14 proyectos de vivienda, que beneficiaron a 980 personas con discapacidad.

Nos complace decir que las personas con discapacidad en Angola tienen acceso gratuito a la formación profesional y al **trabajo**. A modo de ejemplo, en el periodo 2018-2022, **1928** personas con discapacidad fueron formadas en diversos cursos profesionales en los Centros de Formación Profesional pertenecientes al Instituto Nacional de Empleo y Formación Profesional.

Estos resultados demuestran el compromiso del Gobierno angoleño en el proceso de inclusión de las personas con discapacidad en la sociedad.

A nivel del deporte, el Gobierno angoleño, a través del Ministerio de la Juventud y Deporte, lanzó programas de sensibilización e inserción de personas con discapacidad para practicar deporte.

En colaboración con el movimiento Paralímpico angoleño, representado en 18 provincias del país, Angola después de cinco años de práctica deportiva registró varias conquistas deportivas, lo que permitió al país alcanzar relevantes premio a nivel mundial y del continente africano y juegos Paralímpicos, en las modalidades de natación, para atletismo y fútbol.

Actualmente, en la República de Angola, están inscritos e inseridos en la práctica deportiva 2.889 personas con discapacidad, repartidos en las modalidades de Para atletismo, Fútbol para amputados, Futsal, Natación, Baloncesto en silla de ruedas, Voleibol sentado, entre otras, en los escalones junior senior con previsión, para breve, del lanzamiento del voleibol sentado, goal-ball, boccia y el “**Proyecto Menor**”, que pretende la inclusión de los menores con discapacidad en la práctica deportiva, a partir de los 5 años de edad.

En 2020, la República de Angola hizo el lanzamiento del proyecto **Special Olympics Angola,** con el lema “**déjeme ganar, pero si no puedo ganar, déjame ser corajoso en la tentativa**”, reconocido y acreditado por el órgano rector Special Olympics Internacional en 2022. Fue creado para apoyar a las personas con discapacidad intelectual, ayudarlas a desarrollar la auto-confianza, capacidad de relacionamiento interpersonal, sentido de la realización e inclusión social, a través del deporte.

En relación con la accesibilidad, todas las infraestructuras de referencia en Angola están proyectadas teniendo en cuenta las condiciones de personas con deficiencia, desde la instalación de rampas de aceso, wc y baños adaptados, elevadores y áreas propias para sillas de ruedas. Algunas infraestructuras deportivas que ya existían desde hace mucho tiempo también fueron adaptadas para facilitar su movilidad.

El Gobierno de Angola lanzó en 2022 un concurso público para la construcción de un complejo de Entrenamiento de alto rendimiento integrado, que será entregado al Comité Paralímpico Angoleño, facilitando, de este modo, mayor cobertura, calidad y atención a los atletas con discapacidad.

Existen otras instituciones que, en cooperación con el Gobierno angoleño, también cuidan de la vida social de las mismas, incluidas las personas albinas, y está a ser diseñado un programa para su inclusión a través del deporte.

Resaltamos con orgullo la conquista de 3 medallas de oro en los Juegos Olímpico de Antenas 2004; 3 de Plata en los Juegos Paralímpico de Beiging 2008, una de oro y una de bronce en Londres 2012. En la modalidad de fútbol para amputados, Angola es nº 1 en el ranking mundial, con el siguiente histórico de títulos: Vice-campeona mundial en 2014 en México; 2018 campeón del mundo en México; 2019 campeón africano y en 2022 Vice-campeón mundial.

**Señor Presidente;**

**Mías señoras e y míos señores;**

El proceso de inclusión social impone la necesidad de refuerzo de las colaboraciones público-privada en la búsqueda de soluciones integradas y participación de la sociedad civil, con particular destaque para las personas con discapacidad.

Con la intención de garantizar la participación efectiva de las personas con discapacidad en Angola, en conformidad con la Ley de la Persona con Discapacidad, el Gobierno Angoleño ha prestado **apoyo financiero y material** a algunas Asociaciones de y para Personas con Discapacidad, particularmente aquellas que gozan del **Estatuto de Utilidad Pública**, a través del financiamiento directo de sus actividades, entre ellas: la Liga de Apoyo a la Integración de los Discapacitados (LARDEF); la Asociación Nacional de los Discapacitados de Angola (ANDA); Asociación de los Angoleños Militares Mutilados de Guerra (AMMIGA); y la Asociación Nacional de Apoyo a los Discapacitados Visuales (ANADV). A título de ejemplo, en el período comprendido de 2020 a 2022, tres de estas ONG recibieron más de doscientos y cincuenta millones de kwanzas, equivalente a medio millón de dólares.

**Señor Presidente;**

**Mías señoras y míos señores;**

El Gobierno Angoleño, en cumplimiento de sus obligaciones regionales e internacionales, ratificó el Protocolo Adicional a la Carta Africana de los Derechos Humanos y de los Pueblos relativo a los Derechos de las Personas con Discapacidad en África.

Hemos presentado informes a los órganos de tratados y hemos recibido visitas de mecanismos especiales como, por ejemplo, en Abril y Mayo de 2022 recibimos la visita de la Relatora Especial de las Naciones Unidas para la Eliminación de la Discriminación a las Personas afectadas por la Lepra y los miembros de su familia.

Igualmente, tenemos mecanismos de diálogo con las Organizaciones No Gubernamentales, encuentros bilaterales, multilaterales y mesas redondas.

A título de ejemplo, en los últimos 15 días fueron realizados dos encuentros, entre ellos una mesa redonda de presentación de este Informe, que sirvió de antecámara de este diálogo; y varios encuentros bilaterales con las asociaciones. Este ejercicio nos ha permitido corregir las distorsiones que van surgiendo y, mejorar, cada vez más, las medidas exigidas para la satisfacción de las necesidades siempre crecientes de la población.

Las principales causas que ocasionan deficiencias en las personas en Angola son:

1. Existencia de un número elevado de minas terrestres, resultantes del período de conflicto armado. Angola es de los países con mayor número de minas terrestres en el mundo.
2. Siniestralidad rodoviario, que ha aumentado de forma vertiginosa en los últimos años y que es la primera causante de deficiencias en Angola y la segunda causa de muerte.
3. Secuelas de algunas enfermedad y causas congénitas.
4. Desconocimiento de mecanismos de prevención.

El Plan del Gobierno para el quinquenio 2023-2027 tiene como objetivo principal la atención al ciudadano y, en esta perspectiva, el programa nacional de apoyo a la inclusión de la persona con discapacidad comporta varias acciones para la inclusión de las personas con discapacidad en Angola, a través de la adopción de políticas públicas, establecimiento de mecanismos de recogida de datos y de denuncia de casos de discriminación, apoyo y reintegración de las familias con personas con deficiencia.

**Señor Presidente;**

**Mis señoras y mis señores;**

La aplicación de la Ley de la Persona con Discapacidad y de la Ley de las Accesibilidades implica, también, el refuerzo de los compromisos de la posición de la República de Angola ante los varios instrumentos internacionales y regionales de Derechos Humanos, como demuestra nuestra presencia hoy en esta sala.

Finalizamos reiterando nuestro compromiso con el Comité, así como con la Agenda del Desarrollo Sostenible 2030 y la Agenda Africana 2063

**Muchas gracias!**

**A todos y a todas!**